

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS POLÍTICOS

A Subsecretaria de Assuntos Políticos foi estabelecida mediante a Ordem Executiva 05-13, Rev. 1 e é constituída pelo Departamento de Prevenção de Crise e Missões Especiais, pelo Departamento para a Promoção da Governabilidade e pelo Departamento para a Promoção da Democracia.

Departamento de Prevenção de Crise e Missões Especiais

O Departamento de Prevenção de Crise e Missões Especiais (DPCME) tem como função principal apoiar o Secretário-Geral na prevenção e atenção a crises político-institucionais que ocorram ou possam ocorrer na região. O Departamento visa a integrar a capacidade institucional de análise política e de prevenção, gestão e resolução de crises e conflitos. Como parte desse esforço está desenvolvendo uma metodologia de análise de múltiplos cenários que lhe permita fazer a análise política de diversas situações com base em indicadores qualitativos e quantitativos, com o objetivo final de recomendar cursos de ação ao Secretário-Geral.

Na área de fortalecimento da capacidade institucional, o DPCME organizou dois seminários, o primeiro na República Dominicana e o segundo em Santiago do Chile. Os objetivos destes eventos foram apresentar e analisar as lições aprendidas das experiências da OEA e de seus Estados membros para preservar e fortalecer as instituições democráticas, bem como promover o diálogo sobre oportunidades, desafios e perspectivas futuras para a Organização na prevenção, gestão e solução de crises.

Em 2006 o Secretário-Geral da OEA, em resposta à solicitação das autoridades nicaragüenses e em conformidade com as disposições da Carta Democrática Interamericana e da Carta da OEA, enviou uma Missão de longo prazo para acompanhar de maneira integral o desenvolvimento do processo eleitoral nesse país. O Senhor Gustavo Fernández, Representante Especial do Secretário-Geral e Chefe de Missão, dirigiu a Missão constituída por uma equipe política e técnica de alto nível, bem como por 85 observadores internacionais de mais de 20 Estados membros. Cumpre mencionar que este acompanhamento integral foi realizado um ano depois de superada a crise político-institucional que afetou o país. Durante 10 meses, a OEA acompanhou *in situ* os aspectos políticos, jurídicos e técnicos do processo para a eleição de autoridades regionais, legislativas e presidenciais. Além disso, facilitou a interlocução de um amplo espectro de atores, por meio de seu acompanhamento às autoridades nacionais e ao povo nicaragüense, na busca de caminhos de entendimento dos desafios políticos e técnicos inerentes ao processo.

Além disso, o Secretário-Geral da OEA continuou a oferecer seu apoio aos esforços do Governo equatoriano para assegurar a estabilidade do sistema democrático e o desenvolvimento do processo eleitoral. O Secretário-Geral atendeu ao convite das autoridades da Corte Suprema de Justiça para comemorar um ano de seu funcionamento desde seu restabelecimento em 2005, depois da crise político-institucional que afetou o país. A Senhora Sonia Picado, Representante Especial do Secretário-Geral da OEA, participou das atividades nas quais foram analisados os avanços e os desafios para o fortalecimento da função judicial como um dos pilares do sistema democrático. Além disso, a OEA intensificou o acompanhamento ao processo eleitoral com a designação do Senhor José Antonio Viera-Gallo como Convidado Especial do Secretário-Geral

da OEA para ajudar nos esforços de observação eleitoral, bem como para apoiar os atores pertinentes na busca de caminhos de entendimento dos desafios políticos e técnicos inerentes ao processo. O acompanhamento da OEA estendeu-se às autoridades do novo Governo eleito, inclusive antes de sua tomada de posse, por meio de missões pós-eleitorais (ou exploratórias) que puseram à sua disposição o eventual apoio da Secretaria-Geral da OEA em matéria política.

Neste período, o Departamento acompanhou o processo da Assembléia Constituinte da Bolívia como resultado do acordo assinado em 20 de abril de 2006 pelo Secretário-Geral da OEA e pelo Ministro das Relações Exteriores da Bolívia. Mediante este acordo foi criada a Missão Especial de Apoio ao Processo Constituinte e de Autonomias com o objetivo de proporcionar ajuda técnica e política ao Governo desse país. A OEA proporcionou ajuda em técnicas legislativas e em técnicas de diálogo parlamentar e negociação para os legisladores.

Em 2006, a Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA), da OEA, participou de 14 desmobilizações das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC). Neste período, a MAPP/OEA: i. verificou o desmonte real da estrutura militar das AUC; ii. acompanhou a situação de ordem pública em diversas regiões do país em que estavam presentes as AUC antes de sua desmobilização; e iii. verificou o processo de reinserção de mais de 30.000 ex-combatentes das AUC. Na mesma ordem, a Missão iniciou o acompanhamento da implementação da Lei 975 (Lei de Justiça e Paz), âmbito legal aplicável aos desmobilizados das AUC no Processo de Paz que lidera o Governo colombiano com este grupo armado irregular. Finalmente, em 2006 a MAPP/OEA concluiu a implementação de seu projeto piloto no município de Terralta, Córdoba, com a capacitação de mais de 50 líderes comunitários como “conciliadores em equidade”, com o objetivo de contribuir para a solução pacífica de controvérsias nas respectivas comunidades.

Além disso, o Departamento de Prevenção de Crise e Missões Especiais continuou seu trabalho de facilitação política internacional por intermédio do Fundo da Paz, especialmente no tocante à diferença entre Belize e a Guatemala. Neste sentido, a SG/OEA, por intermédio do Representante Especial do Secretário-Geral para Belize e a Guatemala, tem facilitado as negociações que se desenvolvem no âmbito do “Acordo sobre o Contexto de Negociação e Medidas de Fortalecimento da Confiança” entre os governos de Belize e da Guatemala assinado em 7 de setembro de 2005.

Por outro lado, o Escritório da Secretaria-Geral da OEA na Zona de Adjacência vem realizando uma série de verificações e atividades de apoio a diversas instituições de Belize e Guatemala, incluindo as forças armadas. Além disso, estão sendo realizados projetos que incentivam a integração das comunidades na Zona de Adjacência e projetos de reassentamento de comunidades.

No período abrangido por este relatório, o Departamento continuou a implementar o Programa Centro-Americano para o Fortalecimento do Diálogo Democrático (PCA), cujo objetivo principal é gerar capacidade institucional e fortalecer estratégias locais, nacionais e sub-regionais para facilitar processos de diálogo político e estabelecer mecanismos para a gestão de conflitos nos países da América Central. O PCA dedicou-se principalmente a promover o desenvolvimento de espaços institucionais para o tratamento de ameaças à governabilidade oriundas do campo da

segurança, proporcionando espaços nacionais e regionais de cooperação entre as autoridades e a cidadania organizada. Neste contexto foi realizado o fórum “Governabilidade Democrática, Segurança Cidadã e Colaboração Estado-Sociedade Civil” entre 19 e 21 de abril de 2006 no Panamá. Este fórum reuniu Ministros da Segurança Pública, legisladores da região encarregados do tema de segurança, o PARLACEM e a comissão consultiva do SICA, bem como peritos de destaque de organizações civis de prestígio.

Está atualmente em processo de ampliação para outros países da América Central o programa de Facilitadores Judiciais Rurais na Nicarágua, cuja etapa inicial concluiu em 2006. O objetivo do programa foi conseguir reforçar o acesso à justiça para o cidadão que habita nas áreas rurais mais isoladas da Nicarágua. O programa abrangeu 68 municípios nas regiões Central e Atlântica da Nicarágua onde vivem mais de 345 mil pessoas. O programa de Facilitadores Judiciais Rurais, em coordenação com o Supremo Tribunal de Justiça, conseguiu estabelecer uma estrutura de cerca de 50 facilitadores judiciais devidamente capacitados.

Departamento para a Promoção da Governabilidade

O Departamento para a Promoção da Governabilidade foi criado pelo Secretário-Geral em 2006 com a missão de fortalecer a governabilidade por meio da construção de uma cidadania democrática. Com base nesta visão foram aprovados um plano de trabalho e uma série de produtos a serem implementados no contexto de quatro projetos gerais. Figura, a seguir, um resumo dos avanços destes projetos em 2006, bem como de outras atividades realizadas pelo Departamento.

- Direito à identidade e construção da cidadania

Uma das metas estabelecidas pelo Departamento foi “iniciar a discussão hemisférica entre peritos e responsáveis pela tomada de decisões de política para promover o direito à identidade como fundamento para o exercício de outros direitos e inserir o tema na agenda política dos países membros.” Neste âmbito, foi formulado um programa de direito à identidade na América Latina; teve início uma relação de trabalho com o Conselho Latino-Americano de Registros Cíveis e Estatísticas Vitais (CLARCIEV); foram realizadas missões de trabalho à Bolívia, Colômbia, Brasil e Peru; realizaram-se reuniões com Representantes Permanentes de 13 Estados membros e teve início a preparação de projetos e atividades sobre identidade e participação do cidadão.

A realização mais importante com relação a este tema em 2006 foi a assinatura de um Memorando de Entendimento (MoU) sobre registro cidadão universal entre a OEA, o BID e o UNICEF, instrumento esse que estabelece as bases para a cooperação entre as três entidades e para a realização de atividades conjuntas.

No Caribe de língua inglesa, o Departamento continuou o fortalecimento das capacidades institucionais dos registros cíveis, incluindo a abertura de um sistema de registro civil computadorizado em São Vicente e Granadinas em março. Além disso, progrediu-se significativamente na digitalização do registro civil na Dominica e foram assinados dois acordos de cooperação com Antígua e Barbuda. Além disso, foi concluído um estudo comparativo dos registros cíveis da região. Em junho, o pessoal do Departamento viajou ao Haiti para conhecer

diretamente a situação do registro civil nesse país, com o objetivo de iniciar um projeto de modernização do mesmo.

- Participação do cidadão e transparência: Acesso à informação pública

O Departamento promoveu a análise do acesso à informação pública como uma chave para a governabilidade democrática, bem como um mecanismo de participação do cidadão. Ao longo do ano realizaram-se reuniões com peritos e organizações que trabalham no tema e participou-se da sessão especial do Conselho Permanente sobre acesso à informação pública, na qual se fez uma apresentação sobre a importância do acesso à informação pública para a governabilidade democrática. Finalmente, em novembro, o Departamento teve a oportunidade de co-patrocinar e fazer apresentações sobre seu trabalho em dois eventos relacionados com o tema no Chile e na Dominica.

- Os desafios à governabilidade democrática nos processos de descentralização: Saldo e perspectivas

Este programa funciona como secretaria técnica da Rede Interamericana de Alto Nível sobre Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão (RIAD), estabelecida para contribuir para o cumprimento de compromissos assumidos nas Cúpulas. Nessa condição tem colaborado com a presidência da Rede exercida pelo Brasil e com as vice-presidências exercidas pelo Chile, Costa Rica, Jamaica e México. Tem-se dado ênfase ao intercâmbio de informações e à coordenação com outras dependências da Secretaria-Geral que implementam programas de governo local, tais como a Secretária Executiva de Desenvolvimento Integral, e continua a coordenação interna para a integração deste tema com outros temas do Departamento.

O programa de descentralização, além disso, dedica-se a analisar a relação entre descentralização e governabilidade e tem dado ênfase especial ao fortalecimento de relações com os atores da descentralização, participando de eventos-chave sobre o tema e divulgando informações sobre o papel da OEA no mesmo. Prestou-se também apoio para a assinatura, em junho de 2006, de um acordo-quadro de cooperação entre a Secretaria-Geral e a Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações (FLACMA).

- Acesso à justiça e Programa Interamericano sobre Educação em Valores e Práticas Democráticas

Nesse período, o Departamento realizou atividades preparatórias para a elaboração de um documento sobre a situação do acesso à justiça nos países da região e, juntamente com o Departamento de Educação e Cultura, apoiou a execução do Programa Interamericano sobre Educação em Valores e Práticas Democráticas. Igualmente formou um grupo de coordenação de representantes ministeriais; realizou de 17 a 19 de abril de 2006 em Bogotá a primeira reunião do Grupo Assessor do Programa Interamericano; criou um site para o Programa que teve início em junho de 2006; organizou um Seminário Internacional sobre Boas Práticas em Educação para a Cidadania, realizado em julho de 2006 na Cidade do México; e publicou duas edições do boletim eletrônico do Programa.

Departamento para a Promoção da Democracia

As atividades que desenvolve o Departamento para a Promoção da Democracia (DPD) em matéria eleitoral respondem à integração de diversos mandatos em um esforço no sentido de contribuir para a realização de eleições mais transparentes, eficazes e eficientes em todo o Hemisfério, que garantam o respeito aos direitos políticos de todos os cidadãos. Com este objetivo, o Departamento se tem especializado na promoção e apoio ao fortalecimento dos sistemas e instituições eleitorais e contribui para a realização de eleições transparentes e confiáveis por intermédio de suas Missões de Observação Eleitoral (MOE) nos países membros da Organização.

O ano de 2006 foi um período excepcional no Hemisfério pela quantidade de processos eleitorais realizados. Em um bom número deles a OEA atuou na qualidade de observador e/ou como fornecedor de assessoramento e assistência técnica. Neste sentido, enviou 13 Missões de Observação Eleitoral a 11 de seus Estados membros, contando com a participação de uma numerosa equipe de observadores internacionais e especialistas no tema. As MOEs realizadas de março a dezembro de 2006 foram as seguintes:

- Bolívia: Eleições Assembléia Constituinte (2 de julho de 2006)
- Nicarágua: Eleições Regionais da Costa Atlântica Norte e Sul (5 de março de 2006)
- Colômbia: Eleições Legislativas (12 de março de 2006) e Eleições Presidenciais (28 de maio de 2006)
- El Salvador: Eleições Municipais e de Congresso (12 de março de 2006)
- Peru: Eleições Presidenciais e Legislativas (9 de abril e 4 de junho de 2006)
- República Dominicana: Eleições Legislativas e Municipais (16 de maio de 2006)
- Guiana: Eleições Presidenciais e Legislativas (28 de agosto de 2006)
- Equador: Eleições Presidenciais e Legislativas (15 de outubro e 26 de novembro de 2006)
- Panamá: Referendum relacionado com a expansão do Canal do Panamá (22 de outubro de 2006)
- Peru: Eleições Regionais e Municipais (19 de novembro de 2006)
- Venezuela: Eleições Presidenciais (3 de dezembro de 2006)
- Santa Lúcia: Eleições Gerais (11 de dezembro de 2006)

Em matéria de Assistência Técnica, o DPD continuou a desenvolver e apoiar iniciativas destinadas a aumentar a transparência, eficiência e credibilidade dos processos eleitorais. Para conseguir esse objetivo, a área eleitoral prestou assistência nos seguintes temas às autoridades eleitorais de diversos países membros:

- Fortalecimento Institucional
- Modernização de sistemas eleitorais
- Automação de processos eleitorais
- Modernização dos registros civis
- Educação cívica e promoção da participação do cidadão
- Análise e Investigação

- Promoção da cooperação horizontal

- Colômbia

Em 2006 o programa de Assistência Técnica ao Registro Nacional do Estado Civil da Colômbia, em cooperação com a Gerência de Informática, realizou um trabalho de acompanhamento e controle que permitiu a essa entidade dispor de uma ferramenta de avaliação permanente dos procedimentos, infra-estrutura instalada e demais processos integrais realizados durante os simulações e processos eleitorais de 2006.

- Equador

O apoio ao Tribunal Supremo Eleitoral do Equador (TSE), que teve início em 2006 e continua em 2007, inclui produtos e serviços destinados a otimizar os processos internos do TSE, bem como a aumentar a efetividade e eficiência dos procedimentos eleitorais. Entre eles figuram o desenvolvimento de software para a padronização da plataforma informática, apoio à implementação do programa de voto no exterior, aplicação de programas que agilizem a transmissão de resultados e capacitação de pessoal de informática do TSE.

- Guatemala

A OEA e o IIDH/CAPEL vêm colaborando com o TSE da Guatemala, desde 2005, nas áreas de implementação das reformas eleitorais aprovadas, fortalecimento institucional do TSE e coordenação com a cooperação internacional. As atividades desenvolvidas em 2006 focaram o fortalecimento do TSE em matéria de sistemas informáticos de recenseamento e depuração do padrão eleitoral, campanhas de informação, atualização da cartografia eleitoral, plano de contato e conscientização a respeito das reformas eleitorais “de segunda geração”, plano de divulgação do processo eleitoral de 2007, plano de conformação e capacitação dos membros das mesas eleitorais, apoio ao planejamento e logística eleitorais, assessoramento no sistema de contagem de votos, transmissão de resultados e apoio nas atividades pós-eleitorais.

- Haiti

Em 2006, o Programa de Apoio Eleitoral da OEA no Haiti (ETAPH) continuou sua assistência às autoridades eleitorais e à realização das eleições presidenciais, legislativas, municipais e locais realizadas em diversas épocas do ano, principalmente com o apoio ao trabalho de informatização do Conselho Eleitoral Provisional (CEP) e na contagem, transmissão e divulgação de resultados.

- Honduras

Em 2006, o Programa de Apoio ao Regime Eleitoral da República de Honduras realizou, entre outras atividades, workshops de estudo, revisão e análise da Lei Eleitoral e das organizações políticas, no âmbito das eleições primárias e presidenciais de 2005. Contribuiu também para a reestruturação administrativa do TSE, que resultou na criação de uma nova estrutura organizacional, reclassificação e realocação do pessoal em novos cargos e listagem das necessidades de capacitação.

- Paraguai

Por meio do programa de Modernização do Registro do Estado Civil (MORECIV), a OEA presta assistência ao Ministério da Justiça e Trabalho do Paraguai na padronização da gestão de registro civil, mediante a aplicação de um avançado software de gestão dos registros.

- Outras atividades regionais

Como parte do trabalho que realiza o DPD com as autoridades eleitorais do Hemisfério, em 12 e 13 de setembro de 2006 foi levada a cabo a IV Reunião Interamericana de Autoridades Eleitorais na cidade de San Salvador, El Salvador. Os temas dessa reunião foram: “Os desafios à iniciativas de observação eleitoral” e “A velocidade, qualidade e confiabilidade nos sistemas de transmissão de resultados”. No âmbito dessa reunião foi apresentado site reativado da Rede Interamericana de Processos Eleitorais (RIPE), administrada pela OEA, a qual inclui informações pertinentes sobre os processos e órgãos eleitorais na região.

No âmbito do processo destinado a consolidar a teoria, a metodologia e a prática em matéria de observação eleitoral, em 2006 progrediu-se de forma significativa em uma iniciativa de “Sistematização e padronização de uma metodologia de observação eleitoral para a OEA.” Mediante este esforço visa-se a gerar um âmbito metodológico rigoroso e objetivo para a observação eleitoral, que permita à Organização aperfeiçoar e profissionalizar seus procedimentos e práticas da observação de processos eleitorais no Hemisfério, bem como sistematizar o acompanhamento das recomendações que a OEA faz em cada Missão de Observação Eleitoral.

No âmbito de seu esforço por consolidar e melhorar a prática da observação eleitoral, em 2006 o DPD também colaborou e interagiu com organismos contrapartes da ONU, com a União Européia e com o *Carter Center*, participando de eventos como a reunião sobre Princípios da Observação Eleitoral Internacional, patrocinada pelo *Commonwealth Secretariat* em maio e em um workshop de trabalho organizado pelo *Carter Center* em novembro sobre a observação de processos eleitorais e tecnologia eleitoral.